

Ataque Frontal

Falando a uma platéia de banqueiros e empresários num seminário em Nova Iorque, um dia depois do Congresso manter a data de 6 de outubro para o início da revisão constitucional, o ministro da Fazenda deu um recado direto sobre a extensão e a profundidade das reformas necessárias à estabilização da economia brasileira.

O ministro mandou uma espécie de aviso prévio da sua disposição de empreender um ataque coordenado a aspectos constitucionais, estruturais e operacionais da inflação quando voltar ao Brasil neste fim de semana: "Para atingir a estabilização não pode haver erro. Teremos de aceitar sacrifícios, abandonar o corporativismo e as distorções regionais e abrir mãos dos arraigados privilégios que ainda impregnam a sociedade brasileira."

A taxa acumulada de 1.800% nos últimos 12 meses terminados em setembro, com a divulgação do IGP-M de 35,29%, não deixa margem a tergiversações: a inflação precisa de um ataque frontal imediato, como disse o ministro Fernando Henrique Cardoso. Ele deixou entrever que o país não tem outra opção: ou o sacrifício do ajuste para acabar com a inflação ou a hiperinflação se instalará já em meados do ano que vem.

De fato, mantida a tendência de aceleração — como advertem os economistas — se nada for feito, a inflação pode repetir a trajetória ascendente de 1989 e, breve, chegar à inacreditável taxa de 6.602% atingida nos últimos 12 meses encerrados em abril de 1990, quando a inflação começou a baixar, sob o impacto da violência do Plano Collor.

O patamar dos 35% já foi ultrapassado; a faixa dos 40% mensais, implica inflação anualizada de 5.570%. O Brasil está novamente à beira da hiperinflação, que experimentou no final do governo Sarney, sem a perspectiva eleitoral de mudança próxima da administração.

Em palestra no mesmo seminário, o negociador da dívida externa, André Lara Resende, disse que o Brasil é o único país da América Latina que não conseguiu debelar a inflação

porque permanece com um enorme desequilíbrio fiscal. Por não ter enfrentado o desequilíbrio, o governo "usa a inflação como instrumento para reduzir suas despesas, postergando os gastos ao mesmo tempo em que as receitas são indexadas".

No Orçamento da União de 1994, submetido ao Congresso Nacional, já consta a previsão de um déficit de 6% do PIB. Aproximadamente US\$ 25 bilhões terão de ser poupados pelo governo federal — mediante aprofundamento dos cortes nos gastos, a redução dos repasses fiscais aos estados e municípios, a ampliação do programa de privatização, recuperação da carga tributária e outras medidas corajosas na revisão constitucional. A maioria da população sofre com a inflação, que só beneficia a minoria. Dela, fazem parte os políticos, que se defendem, pouco se importando com o destino da sociedade.

A Previdência Social está novamente às voltas com um déficit de US\$ 3,5 bilhões, devido à decisão do STF de mandar pagar, entre outubro de 1988 e abril de 1991, o piso de um salário mínimo aprovado pela Constituição. Antes mesmo do impacto da decisão do STF, o ministro Antônio Britto já havia declarado que a Previdência precisava de reformas para não quebrar e deixar milhões de segurados sem aposentadoria. Uma das reformas sugeridas é a adoção de um critério misto para aposentadoria, mesclando tempo de serviço e limite de idade.

Depois que a Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988, a inflação acumulou 39.223.861%. Apesar dos choques econômicos (Plano Verão, de janeiro de 1989, e Planos Collor, de 1990 e 1991) a média anual da inflação ficou em 1.214%, que supera largamente a média de 26% apurada nos 161 anos anteriores, desde que os índices de preços começaram a ser calculados no Brasil, em 1829. E confirma também as advertências feitas pelos ministros que comandaram a área econômica na vigência da atual Constituição: ela tornou a economia ingovernável. Chegou a hora de dar um basta nisso tudo, na revisão constitucional.